



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LUCAS VINÍCIUS BARBOSA RAMOS

**EVIDENCIAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL: UM ESTUDO DAS EMPRESAS DO
SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA**

**CAMPINA GRANDE
2017**

LUCAS VINÍCIUS BARBOSA RAMOS

**EVIDENCIAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL: UM ESTUDO DAS EMPRESAS DO
SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado ao Departamento do curso de
Ciências Contábeis da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de bacharel em Ciências Contábeis.
Área de concentração: Contabilidade
Ambiental

Orientadora: Profa. Dra. Ednadi Batista da
Silva.

**CAMPINA GRANDE
2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

R175 Ramos, Lucas Vinícius Barbosa.
Evidenciação do passivo ambiental [manuscrito] : Um estudo das empresas do setor de energia elétrica / Lucas Vinícius Barbosa Ramos. - 2017.
24 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.
"Orientação: Prof. Dr. Ednadi Batista da Silva, Departamento de Ciências Contábeis".

1. Contabilidade ambiental. 2. Evidenciação. 3. Meio ambiente. I. Título.

21. ed. CDD 657.6

LUCAS VINÍCIUS BARBOSA RAMOS

EVIDENCIAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL: Um estudo das empresas do setor de energia elétrica

Artigo apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Ambiental

Aprovado 12/05/2017

BANCA EXAMINADORA



Prof(a). Dr(a). Ednadi Batista da Silva (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Manuel Soares da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Sidney Soares de Toledo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	04
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	05
2.1	Contabilidade Ambiental e Passivo Ambiental.....	05
2.2	Auditoria Ambiental.....	08
2.3	Evidenciação das informações de natureza ambiental.....	09
2.4	Balanco social	11
2.5	Responsabilidade social.....	12
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	13
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	15
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
	REFERÊNCIAS	20

EVIDENCIAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL: UM ESTUDO DAS EMPRESAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

Lucas Vinícius Barbosa Ramos*

RESUMO

A contabilidade ambiental cresce e ganha relevância à medida que as exigências de proteção ao meio ambiente aumentam e incorporam-se à gestão das empresas. Partindo dessa ideia, é de suma importância a necessidade de evidenciação das informações de natureza ambiental, principalmente, para empresas que possuem atividades oriundas da exploração do meio ambiente, embora, estudos anteriores revelem que o nível dessas informações nas demonstrações financeiras das empresas é de grau muito baixo. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo verificar como as empresas do setor de energia elétrica com ações listadas na BM&F BOVESPA evidenciam informações relativas ao passivo ambiental. Realizou-se o estudo através de uma pesquisa descritiva e exploratória com abordagem, qualitativa, e foram observados os Balanços Patrimoniais, Notas Explicativas e Balanços Sociais do período de 2011-2016 de quinze empresas do segmento, listadas pelo Índice BM&F BOVESPA Energia Elétrica (IEE) com cotações de ativos de maior negociabilidade. Dentre as empresas estudadas e no período analisado, apenas seis delas evidenciam valores para passivos ambientais em seus Balanços Patrimoniais, onze evidenciam em Notas Explicativas e treze em balanços sociais, considerando um baixo grau de evidenciação, principalmente, de forma quantitativa do passivo ambiental.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental. Evidenciação. Meio Ambiente.

1 INTRODUÇÃO

As exigências relativas à proteção ambiental têm ganhado cada vez mais espaço no cenário das relações empresariais, como também, servido de requisitos primordiais para a reputação das empresas. Uma empresa que cumpre tais exigências, conseqüentemente, é bem vista pela sociedade e principalmente no mundo dos negócios perante seus acionistas. Nesse sentido Paiva (2009) diz que o caráter global de grande parte das empresas sugere que estas devam deixar transparecer um grau de preocupação e de amadurecimento elevado, demonstrando a existência de uma consciência ambiental desenvolvida. À medida que cresceram as pressões da sociedade com relação aos impactos das atividades das entidades no meio ambiente, estas sentiram-se obrigadas em disponibilizar aos seus *stakeholders* informações de caráter ambiental.

* Aluno de graduação do curso de Ciências Contábeis na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I
E-mail: lucasvinicius08@hotmail.com

Nesse sentido, a contabilidade ambiental que é uma ferramenta muito importante no controle dos fatos ligados aos danos ao meio ambiente, precisa representar fielmente a situação patrimonial das entidades, caso contrário, com a falta da divulgação ou a divulgação errada, as mesmas poderão ser avaliadas de uma forma que não representa sua realidade, podendo ocorrer divergências altamente significantes no valor de suas ações, se as mesmas registrassem e divulgassem seus passivos ambientais. Com a necessidade de pesquisadores e profissionais em identificar tais evidenciações das informações relacionadas ao meio ambiente, em especial as informações relativas aos passivos ambientais em outros segmentos, junto com a exploração de energia elétrica que causa grandes impactos ambientais, surge a análise deste estudo e a seguinte questão problema: **Como as empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&F BOVESPA evidenciam em suas demonstrações financeiras acerca de passivos ambientais no período de 2011-2016?**

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é verificar como as empresas do setor de energia elétrica com as ações listadas na BM&F BOVESPA estão evidenciando seus passivos ambientais no Balanço Patrimonial, nas notas explicativas e balanço social. E os objetivos específicos são: evidenciar as demonstrações financeiras e relatórios complementares das empresas de energia elétrica listadas na BM&F BOVESPA; identificar a evidenciação de passivos ambientais no patrimônio; verificar nas notas explicativas evidenciação de contingências relacionadas a questões ambientais e valores relacionados às questões ambientais nos balanços sociais. O presente estudo justifica-se pela carência e necessidade da presença das informações de tais naturezas nos demonstrativos das empresas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade Ambiental e Passivo Ambiental

A contabilidade vem acompanhando os avanços da economia procurando novas formas e técnicas de identificação, evidenciação e mensuração dos fatos (econômicos e financeiros) que provocam as variações nos patrimônios das entidades. Para Marion e Iudícibus (2000) o objetivo da contabilidade é fornecer informações aos usuários externos e internos, informações essas de caráter econômico e financeiro e de produtividade social à entidade (objetivo da contabilidade). Partindo dessa definição, contabilidade ambiental seria uma ferramenta de análise do patrimônio ambiental de uma entidade, sendo esse patrimônio composto de bens, direitos e obrigações ambientais.

Lima (2001) diz que a contabilidade ambiental é um conjunto de procedimentos que tem por objetivo avaliar a situação e as alterações do patrimônio ambiental, registrando, orientando e controlando todos os fatos relevantes, como também, que acumula, resume e decifra tais fenômenos que afetam as situações patrimoniais.

Ribeiro (2004) trata a contabilidade ambiental não como uma ciência nova, mas como um membro da contabilidade tradicional que possui o objetivo de identificar, mensurar, segregar e evidenciar os eventos e transações econômicas- financeiras relacionadas com o meio ambiente e como elas influenciam na situação patrimonial da entidade.

Na avaliação de Martins e De Luca (1994) as informações que serão divulgadas pela contabilidade são investimentos realizados (aquisição de bens permanentes de proteção a danos ecológicos; despesas de correção ou manutenção de efeitos ambientais causados pelas atividades em curso; obrigações contraídas em prol do meio ambiente e até mesmo, medidas fiscais quantitativas para recuperação ou preservação do mesmo.

Dessa forma, pode-se observar a contabilidade ambiental como uma importante ferramenta que pode acompanhar os impactos ambientais que são provocados pelas atividades das empresas que de alguma forma danificam o meio ambiente, auxiliando os gestores no sistema de gestão ambiental nas obrigações e responsabilidades ambientais das entidades.

Muitas pesquisas são feitas para verificar como as empresas tratam a contabilidade ambiental. Santos, da Silva e de Sousa (2001) aplicaram um questionário enviado aos Departamentos de Contabilidade em 50 empresas do Brasil, entre elas algumas potencialmente poluidoras, e verificou-se que apenas 20% das empresas utilizaram a contabilidade em sua gestão ambiental, constatando que a maioria das empresas brasileiras desconhece as vantagens da mesma para o gerenciamento ambiental.

Diante disso, dada importância aos impactos ambientais, outra questão que envolve a contabilidade ambiental é a evidenciação do passivo ambiental. O passivo ambiental é toda obrigação que a entidade tem com a natureza e com a sociedade que são destinadas exclusivamente a investimentos em benefício do meio ambiente, seja ela voluntária ou não.

O IBRACON (1996), classifica o passivo ambiental como toda agressão seja ela, presente ou passada, contra o meio ambiente sendo seu valor constituído pelos valores dos investimentos utilizados para reabilitá-lo, como também, multas e indenizações. Para Tinoco e Kraemer (2004) o impacto ambiental é negativo quando ele causa algum tipo de desequilíbrio no meio ambiente. Assim as ações das entidades seriam voltadas para resgatar este equilíbrio

Segundo Ribeiro e Gratão (2000) os passivos ambientais ficaram conhecidos por seu sentido negativo, nesse sentido, as empresas que os possuem agrediram de forma

significativa o meio ambiente e conseqüentemente deverão pagar volumosas quantias como forma de indenização de terceiros, multas e para recuperação das áreas afetadas.

Santos e Silva (2001) mencionam que os passivos ambientais, assim como qualquer passivo, estão divididos em capital de terceiros e capital próprio, os quais constituem origem de recursos da entidade citando alguns exemplos:

- a) **Bancos** - empréstimos de instituições financeiras para investimento na gestão ambiental;
- b) **Fornecedores** - compra de equipamentos e insumos para o controle ambiental;
- c) **Governo** - multas decorrentes a infração ambiental;
- d) **Funcionários** - remuneração de mão-de-obra especializada em gestão ambiental;
- e) **Sociedade** - indenizações ambientais;
- f) **Acionistas** - aumento do capital com destinação exclusiva para investimentos em meio ambiente ou para pagamento de um passivo ambiental;
- g) **Entidade** - através de destinação de partes dos resultados (lucro) em programas ambientais.

Antigamente, os passivos ambientais não eram relevantes nas negociações de fusões de empresas. Atualmente, são de extrema importância, pois, dependendo do valor e do tipo do passivo a incorporação empresarial poderá não ocorrer. Seu valor pode ser tão grande que torna o processo inviável.

Um estudo realizado por Rover, Alves e Borba (2006) teve por objetivo comparar a divulgação do passivo ambiental nas demonstrações financeiras de 8 empresas no Brasil submetidas à BOVESPA e a NYSE, com a divulgação do mesmo as empresas brasileiras não quantificam seus passivos ambientais e que as demonstrações brasileiras não possuem menor grau de informação que as demonstrações dos EUA. Puderam ainda observar nos estudos que as empresas que usam suas demonstrações como modo de *marketing* e promoção podem estar aumentando seus riscos, como também, para os acionistas e sociedade. Por fim, a pesquisa revela que as empresas do Brasil possuem tendência de apresentar apenas pontos positivos, o que não acontece no exterior.

No mesmo ano Rover e Borba (2006) identificaram em 12 empresas do Brasil que negociam na Bolsa de Valores dos Estados Unidos, que 6 delas evidenciaram seus passivos ambientais, constatando-se que no período estudado as informações das empresas analisadas sofreram um avanço, tais informações foram evidenciadas em Relatórios da Administração e em Notas Explicativas.

Ao falar-se em evidenciar os passivos ambientais, as empresas em estudos mostraram um tanto receosa, tal que, evidenciar esses passivos pode significar prejuízos para as mesmas, talvez sendo esta a razão de esconder as informações. As pesquisas mostram que mesmo que as empresas afirmem que fazem a Contabilidade Ambiental, ao analisar suas demonstrações ocorrem divergências com tal afirmação, não ficando evidente, e ainda, deixando claro que o conceito de contabilidade ambiental vai muito além dos que as empresas querem mostrar. Uma vez que é difícil encontrar informações quantitativas, e sim, informações qualitativas, mostrando de como as empresas participam em Projetos Ambientais e Sociais, dificilmente divulgando a parte negativa.

Contudo Sánchez (2001) diz que a contabilização dos passivos ambientais se tornou necessidade em função do crescimento das exigências do mercado, além das regras contábeis e exigências legais de reportar o passivo ambiental. O aumento das transações como aquisição e fusão de empresas verificado internacionalmente nos últimos anos tem incentivado as empresas a quantificar seu passivo ambiental, visto que seu valor deve ser descontado do preço da empresa. Caso as empresas não disponham de informações contábeis confiáveis, o comprador acaba exigindo uma auditoria, incluindo uma auditoria ambiental para avaliar o passivo, mostrando que a contabilização ambiental vem tornando-se uma exigência de mercado. É importante ressaltar que acrescentar as questões ambientais às informações financeiras da empresa e divulgá-las de forma veraz dará mais relevância e confiabilidade à suas demonstrações.

2.2 Auditoria Ambiental

Para Franco (2001) a auditoria é a técnica contábil que verifica por meio de registros e documentos inspeções e confirmação de informações a real situação econômica e financeira de uma empresa e se estão de acordo com os princípios fundamentais e normas de contabilidade.

Assim, Ferreira (1996) diz que a auditoria diante da necessidade das empresas com relação as questões ambientais, começou a desenvolver estudos, principalmente depois do ocorrido na Índia, com a empresa Union Carbide, onde uma tragédia causou centenas de mortes com o vazamento de gases e outro fato aconteceu no Alaska/ USA, com o vazamento do óleo no mar provocado pela empresa Exxon, ambas as empresas não mencionavam em suas demonstrações contábeis, tanto no Balanço Patrimonial, como em Notas explicativas, os

prováveis riscos com a poluição do meio ambiente e a necessidade de indenizar as pessoas ou governo, ou gastos para a recuperação dos danos causados por suas atividades.

Atualmente, a auditoria ambiental passou a preocupar-se também com as questões dessa natureza, pois até então não havia normas para tratá-las e conforme Junior (1999) vêm desenvolvendo práticas e critérios específicos e apropriados surgidos dos trabalhos do Comitê de Práticas de Auditoria Internacional (*International Auditing Practices Committee - IAPC*) e outros órgãos de contabilidade e auditoria.

Esta por sua vez, tornou-se uma importante ferramenta para a avaliação de eficácia das ações de controle, medindo a qualidade final do processo de controle ambiental integrado as atividades das empresas. Aliada a essa ideia, Martins e De Luca (1994) afirmam que a auditoria ambiental trata-se de procedimentos de investigação, onde os projetos ambientais das empresas são avaliados conforme os padrões das leis ou metas adotadas para melhoria de seu desempenho, atendendo a dois propósitos: a avaliação sistêmica do desempenho ambiental a fim de encontrar melhorias e o desempenho no curso de aquisição ou fusão dando o conhecimento de suas responsabilidades ao vendedor ou comprador.

Por fim, a auditoria ambiental mostra a importância da presença das informações ambientais nas demonstrações das entidades, principalmente para as empresas que possuem atividades oriundas da exploração ambiental, e os efeitos das mesmas dentro do contexto patrimonial das empresas.

2.3 Evidenciação das informações de natureza ambiental

Evidenciar (*disclosure*) é tornar evidente, público, mostrar com clareza, indo além de apenas informar. Está diretamente ligado a divulgação de uma informação, ou seja, tornando público dados e fatos importantes para o usuário desta informação. Segundo Schaltegger e Burrit (2000) *disclosure* é a incorporação de elementos financeiros contábeis nas demonstrações financeiras. Para Iudícibus (2009) as demonstrações contábeis devem possuir uma forma ou ordem que melhore sua interpretação, sendo adequadas, justas, plenas e completas para que possam ser entendidas plenamente. Sendo o objetivo da evidenciação para Tinoco e Kraemer (2008): divulgar informações de natureza econômica, financeiras, social e ambiental das entidades aos *stakeholders* (acionistas, proprietários, fornecedores, empregados, etc). Costa e Marion (2007) afirmam que a contabilidade torna-se útil para controlar e oferecer melhores decisões à medida que as informações de caráter ambiental são

de interesse de todos os grupos de usuários e impactam de forma direta e indireta o patrimônio.

Em relação às questões ambientais, todos os fatos devem ser reconhecidos, mensurados e evidenciados devidamente, sendo de responsabilidade da contabilidade os registros dos atos e divulgação através dos relatórios contábeis.

Buscando clareza nas informações sobre os cuidados das entidades com o meio ambiente, O Conselho Federal de Contabilidade, em 19 de agosto de 2004 criou a Resolução CFC 1.003, aprovando a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental da entidade por meio da evidenciação das informações dessa natureza. Com isso, as empresas que possuem atividade operacional oriundas da exploração ambiental e/ou que causem impactos sobre o meio ambiente, estão sujeitas a evidenciar em suas demonstrações financeiras os fatos decorrentes dessas atividades que causem alterações em seus patrimônios. Outra norma que pode ser citada é a NPA 11 – Balanço e Ecologia do IBRACON que é um órgão que se propõe em defender os interesses dos auditores e contadores, como também por editar e aprimorar normas éticas e técnicas. Esta norma trata-se de como devem ser divulgadas as informações relacionadas a questões ambientais, como Ativos e Passivos Ambientais, assim como investimentos e despesas relacionadas a tais questões.

Rover (2006), afirma que é necessária a evidenciação das informações relacionadas com o meio ambiente, passivos ambientais e investimentos ambientais junto aos relatórios financeiros, não bastando apenas que as empresas afirmem que possuem responsabilidade social ou eco eficiente. Contudo, é evidente em estudos anteriores um baixo nível de evidenciação dos passivos ambientais nas demonstrações das entidades.

Como já dito anteriormente a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC T 15 editada pelo Conselho Federal de Contabilidade e aprovada pela resolução 1.003 e a Norma de Procedimentos de Auditoria - NPA 11- Balanço e Ecologia, tratam justamente das informações de Natureza Social e Ambiental, traçando procedimentos de evidenciação, mostrando à sociedade a participação das entidades neste processo. Sendo a NBC T 15 recomendando que tais informações devem ser apresentadas em um relatório específico e a NPA 11 orientando que as mesmas sejam apresentadas nos relatórios tradicionais divulgados pelas organizações (Balanço Patrimonial, DRE, Notas Explicativas e Relatório de Administração). Diante disso, as empresas estão utilizando o Balanço Social, também conhecido como Relatório de Sustentabilidade que é um conjunto de informações demonstrando atividades da entidade com a sociedade que ela está diretamente relacionada, divulgando as dimensões de sustentabilidade: social, cultural, meio ambiente, distribuição

territorial, econômica política e sistema internacional. Outras formas de divulgação usadas são os Relatórios da Administração e os Relatórios Ambientais ou Socioambiental sendo este último ainda muito recente, portanto, pouco usado pelas entidades.

Conforme Tinoco e Kraemer (2008) os relatórios ambientais são os meios que as empresas adotam para descrever e evidenciar seu desempenho ambiental, entretanto, de forma genérica, dados auditados ou não, relativos aos impactos de suas atividades no meio ambiente. Em relação à evidenciação dos passivos ambientais a divulgação é ainda menor, pois como o passivo ambiental trata dos aspectos negativos que geralmente as empresas não divulgam, principalmente em valores quantitativos como já dito anteriormente.

2.4 Balanço Social

O Balanço Social é uma demonstração não obrigatória que discrimina todas as informações relacionadas as atividades de uma entidade com a sociedade que ela está diretamente inserida, sendo seu objetivo divulgar uma gestão econômico-social e seu relacionamento para com a comunidade revelando os resultados de sua responsabilidade social.

Conforme Sucupira (2001) o balanço social define-se como uma união de informações oriundas das atividades realizadas pela empresa de cunho humano e social, direcionadas aos seus colaboradores, como também, a comunidade a qual ela está inserida. De acordo com Cunha, Ribeiro e Santos (2005) tal demonstração deve evidenciar tantos os aspectos econômicos, tal como os aspectos sociais permitindo a análise dos resultados além

Como já citado anteriormente, este relatório já vem sendo utilizado como forma das empresas evidenciar seus gastos com meio ambiente e a sociedade.

O IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais é uma instituição não-governamental que trabalha dentro desta perspectiva, demonstrando de forma quantitativa e qualitativa o papel social desempenhado pelas empresas de forma transparente e responsável. Diante disso, criou-se um modelo padrão, em parceria com diversas empresas públicas e privadas, de como deve ser elaborado o balanço social para que as empresas possam divulga-los, organizando as informações em sete itens:

1. **Base Cálculo:** sugerindo três indicadores receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta;
2. **Indicadores sociais internos:** Valores gastos com alimentação, previdência privada, saúde, educação, cultura e desenvolvimento profissional etc.;

3. **Indicadores sociais externos:** valores com investimentos na comunidade, total de tributos pagos;
4. **Indicadores ambientais:** valores de investimentos em ações ambientais internas e externas à empresa;
5. **Indicadores do corpo funcional:** números de negros que trabalham na empresa, número de demissões no período, número de mulheres etc.;
6. **Informações sobre ao exercício da cidadania empresarial:** relação entre a maior e a menor remuneração, números de acidentes de trabalho, normas, valor adicionado;
7. E por último, **outras informações.**

Para o estímulo às empresas, foi criado um selo (Ibase/Betinho) que é ofertado para as empresas que tornam público seu balanço social dentro dos critérios e metodologia propostos dando o título de cidadãos e comprometimento com a qualidade de vida de seus funcionários, comunidade e meio ambiente.

A utilização e a elaboração do balanço social podem gerar um segundo produto, que não pode ser visualizado de forma principal, que é a de uma imagem positiva da empresa perante a sociedade, desde que haja a adoção dessa estratégia e a efetivação de medidas que garantam o sucesso da mesma. O problema é que algumas empresas o fazem apenas para ganhar um *marketing* positivo sem ter comprometimento e responsabilidade social.

Carneiro (1994) afirma que o balanço social surge para atender as demandas dos usuários da informação contábil em seu aspecto social, permitindo a avaliação dos resultados da relação da empresa para com a sociedade.

Assim, este vem como a finalidade esclarecer e dar maior transparência para as atividades da empresa permitindo a divulgação e medição da preocupação da entidade com as pessoas e o meio ambiente. É importante frisar que as empresas devem divulgar valores e não só apenas mencionar que participam de programas sociais, ou de preservação ambiental, como por exemplo os valores de gastos para reduzir ou eliminar um impacto, essas são informações que devem constar nos balanços sociais, como também nas demonstrações financeiras das empresas.

Em suma, a elaboração do balanço social está diretamente relacionada com a responsabilidade social da empresa e com o conceito de governança corporativa que é a transparência de suas demonstrações contábeis, além de ser uma forma de demonstrar seus passivos ambientais.

2.5 Responsabilidade Social

A responsabilidade social são posturas e ações que visualizam o bem-estar dos públicos internos e externos de uma entidade, isso de forma voluntária. Para Ashley (2002) a responsabilidade social está diretamente relacionada com o compromisso de uma entidade com a sociedade que ela está inserida, por meio de ações que a afetem positivamente.

Dessa forma, pode-se afirmar que a empresa socialmente responsável está preparada para encarar ameaças que põem em risco sua reputação, como também seu desempenho, como os riscos sociais, acidentes industriais, ecológicos, jurídicos, etc.

A *Corporate Social Responsibility* (CSR 2006) afirma que a responsabilidade social não é de uma definição universal, e que pode ser observada pelo setor privado como uma forma de integrar as variáveis econômica, social e ecológica (dimensões da sustentabilidade). Observa-se que ao longo dos anos a preocupação em incluir as questões sociais e ambientais (ou ecológicas) vem aumentando, tudo para a conversão de um conceito de empresa sustentável, dentro da perspectiva de que ao mesmo tempo que a empresa proporciona valor aos seus acionistas, também fornece educação, cultura, lazer e justiça social, como também, proteção à diversidade e dos ecossistemas.

Dentro do conceito de responsabilidade social, surge um modelo de gestão empresarial incorporando as dimensões da sustentabilidade, conhecido como *Triple Bottom Line*, as empresas dentro desse modelo visam a intersecção das dimensões alcançando a sustentabilidade.

Assim, percebe-se que a responsabilidade social é um conceito novo e que pode ser considerada como mais uma ideia de fortalecer a inclusão das questões ambientais e a relação das entidades com o meio ambiente, o que revela a importância da evidenciação de informações dessa natureza nas demonstrações financeiras das empresas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste estudo foram analisadas as demonstrações financeiras e relatórios complementares (Balanço Patrimonial, Notas explicativas e Balanço Social) das empresas do setor de energia elétrica com ações listadas na BM&F BOVESPA, nos exercícios de 2011-2016.

O critério de escolha das empresas foi através do IEE - Índice BM&F BOVESPA Energia Elétrica, que é um índice disponibilizado pela própria BM&F BOVESPA, cujo

objetivo é ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade do setor de energia elétrica. As empresas analisadas estão no índice do primeiro trimestre de 2017.

Observou-se em tais demonstrações as informações relativas à evidenciação dos passivos ambientais, utilizou-se de uma pesquisa descritiva e exploratória com abordagem qualitativa, analisando e classificando as características de evidenciação social das empresas pesquisadas. Para Malhotra (2001) a pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição de algo, um evento, fenômeno ou fato. E pra Gil (2008) a pesquisa descritiva tem o objetivo de descrever características de uma população, fenômeno ou experiência. A pesquisa exploratória para Gil (2008) preocupa-se em familiarizar-se com assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado.

Para Goldenberg (1997) a pesquisa qualitativa não corresponde a valores numéricos, mas com o aprofundamento e compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.

Foram analisadas empresas do setor de energia elétrica com ações listadas na BM&F BOVESPA, escolhidas pelo critério já mencionado anteriormente, e através da análise de suas demonstrações financeiras foi possível observar a evidenciação das informações relativas ao passivo ambiental. Foram consideradas como evidenciação valores para passivos ambientais no Balanço Patrimonial, nas Notas explicativas observou-se como as empresas descreveram os critérios de mensuração e valores para passivos ou contingências relacionadas a questões ambientais e nos Balanços Sociais foram considerados valores e gastos com o meio ambiente.

Adiante o Quadro 1, evidenciando as empresas analisadas no período da pesquisa, em seguida a análise dos dados:

Quadro 1 – Lista das empresas analisadas

CÓDIGO BOVESPA	RAZÃO SOCIAL	NOME DE PREGÃO
ALUP11	ALUPAR INVESTIMENTO S/A	ALUPAR
CESP6	CESP – CIA ENERGETICA DE SÃO PAULO	CESP
CMIG4	CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	CEMIG
COCE5	CIA ENERGETICA DO CEARÁ - COELCE	COELCE
CPFE3	CPFL ENERGIA S/A	CPFL ENERGIA
CPLE6	CIA PARANAENSE DE ENERGIA	COPEL
ELPL4	ELETROPAULO METROP. ELET. SÃO PAULO S. A	ELETROPAULO
ENBR3	ENERGIAS DO BRASIL S. A	ENERGIAS BR
LIGT3	LIGHT S/A	LIGHT S/A
TAEE11	TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S. A	TAESA
TIET11	AES TIETE ENERGIAS S. A	AES TIETE E
TRPL4	CTEEP- CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA	TRAN PAULIST
EGIE3	ENGIE BRASIL ENERGIA S. A	ENGIE BRASIL
ELET6	CENTRAIS ELE. BRAS S.A - ELETROBRAS	ELETROBRAS

EQTL3	EQUATORIAL ENERGIAS S. A	EQUATORIAL
-------	--------------------------	------------

Fonte: Elaborado pelo autor através de dados da BM&F BOVESPA (2017)

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com os dados coletados nas demonstrações financeiras do período analisado (2011-2016), referindo-se a evidenciação do passivo ambiental das empresas do setor de energia elétrica com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, pode-se observar que as empresas analisadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e que as mesmas apresentam demonstrações consolidadas em conformidade com Normas Internacionais pronunciadas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*). (BM&F BOVESPA,2017). As demonstrações de cada entidade são disponibilizadas pela própria BM&FBOVESPA.

Os quadros abaixo apresentam os principais resultados da pesquisa, sendo o quadro 1 composto dos dados analisados a respeito da evidenciação do passivo ambiental quanto ao balanço patrimonial das empresas analisadas:

Quadro 2 – Evidenciação no Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL						
EMPRESA	2011	2012	2013	2014	2015	2016
ALUPAR	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
CESP	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
CEMIG	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
COELCE	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
CPFL ENERGIA	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
COPEL	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
ELETROPAULO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM
ENERGIAS BR	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
LIGHT S/A	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
TAESA	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
AES TIETE E	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
TRAN PAULIST	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
ENGIE BRASIL	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
ELETOBRAS	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
EQUATORIAL	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
QUANTIDADE DE EMPRESAS QUE EVIDENCIARAM (POR ANO)	5	5	5	5	5	5
QUANTIDADE DE EMPRESAS QUE NÃO EVIDENCIARAM (POR ANO)	10	10	10	10	10	10

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2017)

Observa-se através do quadro 1 que nos anos analisados apenas 5 empresas em cada ano evidenciaram seus passivos ambientais no balanço patrimonial, são elas: ALUPAR INVESTIMENTO S/A; CESP – CIA ENERGETICA DE SÃO PAULO; CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG; CIA PARANAENSE DE ENERGIA; ELETROPAULO METROP. ELET. SÃO PAULO S.A e ENERGIAS DO BRASIL S.A, o que se pode considerar um grau muito baixo de evidenciação e pouco significativo. Ressalta-se que evidenciar no balanço patrimonial é atribuir valores para os passivos, ou seja, é evidenciar de forma quantitativa. Tais empresas que evidenciaram em seus Balanços utilizaram as contas: Provisões para Passivos Ambientais; Provisões para Passivos Ambientais e de Desativações; Obrigações Socioambientais; Provisões civis, fiscais, trabalhistas para Desmantelamento e para licenças ambientais e Provisões para licenças Ambientais. A seguir o quadro 2 mostra os resultados quanto a evidenciação em Notas Explicativas:

Quadro 3 – Evidenciação em Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS						
EMPRESA	2011	2012	2013	2014	2015	2016
ALUPAR	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM
CESP	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
CEMIG	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
COELCE	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
CPFL ENERGIA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
COPEL	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
ELETROPAULO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
ENERGIAS BR	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
LIGHT S/A	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
TAESA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
AES TIETE E	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
TRAN PAULIST	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
ENGIE BRASIL	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM
ELETROBRAS	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
EQUATORIAL	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
QUANTIDADE DE EMPRESAS QUE EVIDENCIARAM (POR ANO)	9	9	10	11	11	10
QUANTIDADE DE EMPRESAS QUE NÃO EVIDENCIARAM (POR ANO)	6	6	5	4	4	5

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2017)

Pode-se observar diante do quadro 2 que as empresas utilizam as notas explicativas com mais frequência, quando comparado ao balanço patrimonial para a evidenciação dos seus passivos ambientais, totalizando 11 empresas ao decorrer do período analisado, o que pode ser considerado um grau razoável de evidenciação, porém ao evidenciar em notas explicativas a maioria das empresas não evidencia valores para seus passivos. Nota-se que a partir de 2013 o número de empresas aumenta em relação aos dois anos anteriores. Nesta forma de evidenciação as empresas relataram que possuíam processos civis relacionados a causas ambientais, como também provisões que somavam riscos de perda provável.

O quadro a seguir evidencia as empresas que apresentaram seus balanços sociais no período analisado pela pesquisa:

Quadro 4 – Empresas que apresentaram o balanço Social

BALANÇO SOCIAL						
EMPRESA	2011	2012	2013	2014	2015	2016
ALUPAR	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
CESP	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
CEMIG	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
COELCE	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
CPFL ENERGIA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
COPEL	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
ELETROPAULO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
ENERGIAS BR	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
LIGHT S/A	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
TAESA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
AES TIETE E	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
TRAN PAULIST	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
ENGIE BRASIL	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
ELETROBRAS	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
EQUATORIAL	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
QUANTIDADE DE EMPRESAS QUE EVIDENCIARAM (POR ANO)	10	11	12	11	9	1
QUANTIDADE DE EMPRESAS QUE NÃO EVIDENCIARAM (POR ANO)	4	4	3	4	6	14

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2017)

Observa-se que o balanço social é a forma mais comum de apresentação dos gastos com o meio ambiente e passivos ambientais, representado por 13 empresas no período analisado, o que poderia ser considerado um grau satisfatório, contudo pode-se verificar que não há assiduidade da apresentação do balanço social para as entidades devido a algumas

empresas apresentarem em determinados anos e em outros não, talvez deva-se pelo fato, como dito anteriormente, o balanço social não ser uma demonstração obrigatória para as empresas, porém faz-se necessário uma análise mais profunda e individual de cada empresa para verificar o motivo real da não publicação em tais anos.. É importante frisar que os balanços sociais apresentados pelas mesmas obedecem ao modelo sugerido pelo IBASE, o que inclui apresentar seus indicativos ambientais juntamente com outros indicativos como sugerido pelo modelo, fazendo menção de investimentos e gastos ambientais, como também, medidas para diminuição do impacto ambiental e que os mesmos podem ser encontrados nos sites disponibilizados por elas como anexos de seus Relatórios de Sustentabilidade Anual.

O quadro 5 apresenta o resumo dos principais resultados encontrados no período analisado:

Quadro 5 – Resumo dos resultados (2011-2016)

Forma de Evidenciação	Quantidade de empresas que utilizaram
Balanço Patrimonial	06
Notas Explicativas	11
Balanço Social	13
Usa as 03 formas de Evidenciação	06
Nenhuma forma de Evidenciação	1

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2017)

Verifica-se que o número de empresas que evidenciam as questões ambientais no passivo quando se fala do Balanço Patrimonial é pouco significativo, o que confirma estudos anteriores, mesmo que as atividades das empresas causem impactos no meio ambiente, e que a forma mais utilizada para os evidenciar é o Balanço Social, embora não seja apresentado regularmente pelas empresas. Por fim, é importante ressaltar que as empresas analisadas são classificadas pela BM&F BOVESPA como empresas com cotações de ativos de maior Índice de negociabilidade e representatividade do setor de energia elétrica no país, o que nos mostra de como as empresas desconhecem a importância da contabilidade ambiental nos seus negócios, visto que, como dito anteriormente por Sánchez (2001), o valor do passivo ambiental é exigido em fusões e aquisições de empresas, e dependendo desse valor, as operações poderão não ocorrer.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se neste estudo verificar como as empresas do setor de energia elétrica com ações listadas na BM&F BOVESPA evidenciam em suas demonstrações financeiras e relatórios complementares as informações relativas aos passivos ambientais. Foram analisadas quinze empresas do setor de energia elétrica, consideradas pelo IEE – Índice BM&F BOVESPA Energia Elétrica, que indica os melhores índices de negociabilidade do setor. Diante dos dados expostos, observa-se que ainda é pouco significativo, o número de empresas que evidenciam valores para seus passivos ambientais.

Assim, a pesquisa constata baixo nível de evidenciação nas demonstrações financeiras e relatórios complementares à cerca dos passivos ambientais das empresas do setor energético, principalmente informações quantitativas, podendo levantar questionamentos, considerando um segmento bastante exploratório do meio ambiente, deixando aberto aprofundamento de novas pesquisas. Faz-se necessário que outras pesquisas sejam feitas, para que as exigências e o nível de informação para a sociedade aumentem constantemente, levando as empresas não só do setor de energia elétrica, a evidenciem de forma significativa, as informações relativas ao meio ambiente, não só apenas a parte positiva, como também, a negativa. A partir disso a contabilidade ambiental poderá dispor de seu objetivo, fornecendo aos seus maiores interessados, principalmente a sociedade, condições de verificar o desempenho das empresas que exploram os recursos naturais.

As limitações do estudo estão na análise apenas nas demonstrações financeiras, notas explicativas e balanços sociais, logo, não é possível tirar conclusões sobre as empresas em questão sem fazer uma avaliação *in loco* em outros possíveis meios de evidenciação social das mesmas.

Sugere-se outros estudos dentro das limitações deste trabalho, podendo ser realizados estudos de casos nas empresas para melhor aprofundamento individual, levando a respostas para os motivos das mesmas possuírem representação pouco significativa da evidenciação relativas às informações ambientais, visto que, possuem atividades danosas ao meio ambiente.

DISCLOSURE OF ENVIRONMENTAL LIABILITIES: A STUDY OF COMPANIES IN THE ELECTRICAL ENERGY SECTOR

ABSTRACT

The information about environment nature and the worries about the environment have been gaining space in business world and repercussion in society, by this way, accounting as a way to provide information has become an important appliance against the need to spread these information, attending the users and finding a way to answer this new challenge. The environmental accounting, it grows and gains relevance, so the protection requirements to the environment increase and incorporates to the business management. Staring from this idea, it's of the utmost importance the need of evidence from information of environmental nature, mainly, for those business which has activities from environment explore, although previous studies show the levels of these information in the business financial demonstrations, ant it's of very low degree. On this, the present study aims to verify if the companies in the electric power sector with actions listed in BM&F BOVESPA evidence information relative to the passive environment. The study was carried out from a descriptive and exploratory research with qualitative approach it was observed the financial demonstrations (Balance sheet, explanatory notes and social report) from the period of 2011-2016 of fifteen business of the same segment, indicated by the index BM&F BOVESPA electric power (IEE) with active quotation of greater negotiation. Among the companies studied, just six of them evidence values for passive environment in their Balance sheet and eleven evidence in explanatory notes, considering a low degree of evidence, mainly, quantitatively of the passive environment.

Keywords: Environment account. Disclosure. Environment.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Aneide Oliveira; OLIVEIRA, Marcele Colares. Tipos de Pesquisa. **Trabalho de conclusão de disciplina Metodologia de Pesquisa Aplicada a Contabilidade – Departamento de Controladoria e Contabilidade da USP**. São Paulo, 1997. Mimeografo.
- ASHLEY, Patrícia Almeida et al. **Ética e Responsabilidade Social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BM&F BOVESPA**. Disponível em:
<<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>> Acesso em:02 de janeiro de 2017.
- CARNEIRO, Guido Antônio da Silva. **Balço Social: Histórico, Evolução e Análise de Algumas Experiências Seleccionadas**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1994. .
- CRS, Corporate Social Responsibility. **Home**. Canadá: Corporate Social Responsibility,2006. Disponível em:<<http://strategis.ic.gc.ca/epic/internet/incsr-rse.nfs/en/Home>>. Acesso em 21/02/2017.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC 1.003**. Disponível em:
<www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc> Acesso em:
- COSTA, R. S.; MARION, J. C. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo: USP, n. 43, p. 20-33, 2007.
- CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S.; SANTOS, A. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade & Finanças**, n. 37, p. 7-23, jan./abr.2005.
- FRANCO, H. & MARRA, E. **Auditoria contábil**. 4 ed., São Paulo: Atlas, 2001.
- FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. Contabilidade de custos para gestão do meio ambiente. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília - DF: ano 25, nº 101, p.72-79, set/out.1996.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

Ibase Balanço Social. Disponível em:<<http://ibase.br/pt/prestando-contas/balanco-social/>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

IBRACON. Normas e procedimentos de auditoria. NPA 11 – **Balanço e Ecologia**.1996

IEE – Índice BM&F BOVESPA Energia Elétrica. Disponível em: <http://bmfbovespa.com.br/Indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ieeHYPERLINK>> Acesso em:

IUDICIBUS, S. et al. **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC...** São Paulo: atlas,2009.

IUDICIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da Contabilidade**. 2ª ed., São Paulo: Atlas,2000.

JUNIOR, Sebastião Bergamini. Contabilidade e riscos ambientais. **Revista do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. Rio de Janeiro - RJ. nº 11, 1999.

LIMA, Diana Vaz de. Tratamento Contábil e Evidenciação das Externalidades Ecológicas. **Departamento de Administração da Universidade de Brasília**, 2001. (Dissertação de Mestrado em Administração). Disponível em: <http://eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad30/revista_30_parte4.pdf> Acesso em: 05/01/2017.

MALHOTRA, Neresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman,2001.

MARTINS, Eliseu & DE LUCA, Márcia M. Mendes. Ecologia via contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**. CFC, ano 23, nº 86, março 1994.

NPA 11 – Balanço e Ecologia. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detPublicacao.php?cod=124>. Acesso em 10/01/2017.

PAIVA, Paulo Roberto. **Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção**. São Paulo: Atlas,2009.

Resolução CFC 1.003 – NBC T 15 – **Informações de Natureza Social e Ambiental**. Disponível em: <www.cfc.org.br>. Acesso em 05/01/2017.

RIBEIRO, M. de S. GRATÃO, A. D. Custos ambientais - o caso das empresas distribuidoras de combustíveis. In CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 7, 2000, Recife. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Custos**. Recife: PE, 2000.

RIBEIRO, Maísa de Souza; SOUZA, V.R. Aplicação da contabilidade ambiental na indústria madeireira. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, FIPECAFI, FEA- USP, n. 35, maio/ago.2004.

ROVER, S.; BORBA, J. A. A Evidenciação das Informações Ambientais nas Demonstrações Contábeis das empresas que atuam no Brasil e que negociam nas Bolsa de Valores dos Estados Unidos: uma análise das DFP's (CVM) e do Relatório 20 – F(Sec). In: **Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade**. 3.,2006, São Paulo. Artigo...São Paulo: FEA – USP, 2006.

ROVER, S.; BORBA, J.A. A evidenciação do passivo ambiental: quantificando o desconhecido. **REM: Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, SC, v.1, n.5, p.41-58, jan/jun.2006.

SÁNCHEZ, Luiz Henrique. **Desengenharia: O Passivo Ambiental na Desativação de Empreendimentos Industriais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,2001.

SANTOS, A. SILVA, F. SOUZA, S. SOUSA, M. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo, SP: n. 27, ano XII, vol. 16. P. 89-99, set/dez-2001.

SCHALTEGGER, S.; BURRIT, R. Contemporary environmental accounting. **Issues, concepts and practice**. Sheffield: Greenleaf Publishing Limited, 2000.

SUCUPIRA, João. **A responsabilidade social das empresas**. Disponível em:< <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start>>. Acesso em:

SUCUPIRA, João A. Ética nas empresas e balanço social. In: SILVA, César Augusto Tibúrcio, FREIRE, Fátima de Souza (org.). **Balanço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TINOCO, J. E> P>: KRAEMER, M.E.P. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2008.